

Entrevista realizada pelo Corpo Editorial da Revista MA, no dia 1 de Abril de 2022, com arquiteta Ana Jara e antropóloga Marta Luz, colaboradoras do atelier Artéria.

MA: O atelier Artéria é marcado por uma multidisciplinaridade singular, que se manifesta num conjunto de frentes diversas e abrangentes. Como surgiu este projeto e como tem sido o seu desenvolvimento neste percurso?

AJ: A Artéria nasceu num ano de particular dificuldade, que foi 2011. Um ano de crise e um ano em que o contexto era de fecho de ateliers, de uma paragem no setor da arquitetura e da construção. Nessa altura considerámos que seria importante abrir um atelier ou essa porta seria fechada para sempre. O que era uma ilusão, mas nesse momento e com aquela idade pensávamos assim. Embora o contexto fosse muito difícil, havia muito trabalho para se fazer no campo da arquitetura. Sobretudo uma área da arquitetura que poucos, na altura, queriam trabalhar: a reabilitação urbana, no momento em que pensámos haver necessidade de arquitetura para resolver problemas concretos em lugares esquecidos da cidade.... Começámos com um atelier no centro de Lisboa, entre a Baixa e a Mouraria. A Mouraria era um bairro muito diferente da Baixa, e estes dois lugares da cidade partilhavam uma carência enorme no campo da reabilitação do edificado e da regeneração urbana. Portanto, a nossa área e o nosso trabalho passaram a estar muito focados no envolvimento com os territórios que estavam no nosso entorno, e começámos a trabalhar. Nós engrenámos nessa realidade e começámos a produzir as nossas próprias encomendas, se posso dizer assim. As dificuldades eram enormes, mas apesar disso, nesse momento surgiam outros coletivos e a arquitetura passou a fazer parte de projetos que eram de desenvolvimento local, orientados por uma visão multidisciplinar. Nós estávamos ali se fossemos necessárias e, se não fossemos, ficávamos tranquilas porque tínhamos tido uma boa experiência, um envolvimento e um conhecimento das realidades que por ali passavam. Nesse contexto, produzimos várias candidaturas a programas como o BIP/ZIP. O nosso trabalho passou a ser levantar questões na área social, com um olhar sobre a cidade, questionador e muito relacionado com a antropologia.



01 GAT InMouraria, Edifício temporário. Foto de Nicole Sanchez

ENTREVISTA

Atelier Artéria

MA: Então, se estavam no início e se queriam trabalhar com esse lado social, como é que um atelier ou um coletivo nesta situação se pode sustentar através de trabalho social? São investidores externos? São iniciativas próprias?

AJ: Essa é a pergunta que toda a gente manifesta. Como se faz? Eu diria que a Artéria intervém em vários campos. O trabalho pelo qual somos mais reconhecidas é esse do início, o trabalho direto, das questões de participação das comunidades, do desenvolvimento local. Às vezes, temos temporadas em que fazemos curadoria e trabalhos com clientes privados. Portanto, o nosso trabalho não é só o trabalho da área social. Posso dizer que o atelier foi criado na confluência de uma experiência que tive trabalhando em companhias de teatro. E, numa companhia de teatro, há as temporadas e os vários temas com os quais se quer trabalhar e organizar para candidatar aos apoios da área artística e social. Mas depois há também workshops, aulas e trabalho criativo de vários espectros.

A Artéria nasceu com a vontade de comunicar com o público e trazer à luz assuntos emergentes que é preciso debater, trabalhamos como os coletivos das artes do espetáculo, por temporada e com uma grande vontade de superar condições. A criação coletiva é essa maravilha. Porque nós estamos sempre a ter dificuldades e vamos sempre superando. Mas não é fácil! Não é mesmo.



02 GAT InMouraria, Edifício temporário. Foto de Nicole Sanchez

MA: Mas nesse universo de tantos estímulos, por onde é que se começa para se montar um método de trabalho? Vai surgindo?

ML: O trabalho é sempre muito volátil no campo artístico. As companhias e os coletivos artísticos têm fragilidades, são mais precários por exemplo, mas por outro lado são resilientes e conseguem construir um coletivo de uma forma mais sustentada. Por outro lado, são muito criativos em busca de financiamentos, e isso é uma mais-valia. São sobreviventes. Há também o nosso cruzamento com a realidade associativa de cada território onde intervimos. A Artéria tem uma experiência que foi determinante no seu caminho, que foi o Edifício-Manifesto, com a Associação Renovar a Mouraria. Esta primeira experiência parte da necessidade de criar um projeto, para avançar na reabilitação de um edifício. Foi necessário a criação de uma plataforma de comunicação forte. As associações de bairro, muitas vezes, não têm estas capacidades de comunicar, criar um projeto, pedir mecenatos, negociar com empresas. A diferença aqui de muitos dos projetos que acontecem ao nível de intervenção territorial é esta: não partimos com uma ideia pré-concebida quando vamos para um território. Isto acontece com a interligação com o próprio território, com a associação ou outros coletivos, com as pessoas na própria rede e até com os municípios. O envolvimento territorial é, à partida, muito forte porque vamos crescendo ao mesmo tempo em torno do projeto. Não há uma ideia que acontece primeiro no atelier que só depois é negociada. Há esta aproximação e daí começamos a construir. Por isso é que os projetos conseguem financiamentos com alguma substância. É também necessário o envolvimento social. E este termo social de que falamos é o social das pessoas que habitam as cidades, os sítios, e que precisam de espaço público e de se envolver a pensá-lo para apresentar propostas de intervenção. É este social que nós queremos romper. Romper com esta ideia de que só algumas pessoas podem pensar e intervir na cidade.

AJ: Normalmente os projetos vêm engendrados de cima para baixo e nós vamos auscultar de baixo para cima. Ou seja, nós quando conhecemos alguma entidade ou esta nos chama, já é para cuidarmos de um briefing e ajudarmos a que essa ideia possa realmente ser consolidada, financiada e depois realizada. Os nossos trabalhos são quase sempre processos longos, talvez porque a arquitetura se move lentamente, mas são totalmente transformadores e essa é a grande capacidade. Aí é que entramos na questão social: a transformar as condições de vida, as condições em que as pessoas se movem, a melhorar as qualidades de um determinado bairro, espaço coletivo, sede da associação, por exemplo. Nós estamos nesse campo das transformações das realidades sociais, que no nosso país ainda são muito desiguais, e que é um campo enorme de intervenção para a arquitetura.

MA: E, quando falamos nessa ideia de romper com esses valores sociais que surgem de novas formas, em que medida o Edifício-Manifesto e outras obras vossas não acabam por ser uma intervenção política?

AJ: A Arquitetura é uma disciplina política.

Nós não podemos desconhecer isso ou fingir que não atuamos no espectro da política. Os arquitetos têm um determinado posicionamento político quando praticam de determinada maneira a sua profissão. Portanto, diria que este lugar que nós escolhemos tem uma definição política enorme. Até porque está em contraponto com a forma como a arquitetura se produz hoje em dia: mais como um serviço, e menos como uma prática que congrega uma série de forças e produz transformações... Gosto de usar a palavra transformação porque muitos anos depois da intervenção sente-se isso, essa melhoria, esse andar para a frente, que uma obra de arquitetura engendrada assim produz. No nosso caso, diferencia-se politicamente porque traz isso a quem não teria acesso.

Houve um período extremamente curto em que a arquitetura chegou às pessoas que viviam sem condições, nomeadamente 74/75 com o processo SAAL, mas depois a prática distanciou-se desse lugar de gênese que é colocar as pessoas a produzirem os seus próprios programas, a poderem tomar decisões sobre a forma como vivem, a poder transformar as condições de vida da sua comunidade. É aí que nós estamos, e diria que podemos ver claramente que temos um posicionamento político não sei se outras práticas de arquitetura se veem tanto assim como políticas.

ML: É totalmente política a forma como permitimos construir estes processos, em primeira instância são muito mais demorados e duros. E, às vezes, também levantam algumas questões, mesmo existenciais do próprio coletivo, o que acontece quando abrimos portas para discutir arquitetura com pessoas que não têm a mesma linguagem. No meu caso, quando cheguei à Artéria, não tinha essa linguagem, apesar de estar muito desperta para a antropologia urbana, não estava desperta para questões específicas da arquitetura. E tive de me aproximar dessa linguagem e aproximá-la do comum do cidadão, criar um campo de mediação entre as necessidades urgentes do território e as possibilidades de intervenção. **Isto é político, é aproximar as pessoas da importância de participarem nas cidades e nos espaços que lhes pertencem.**

Da mesma forma, há outros tipos de arquitetura que veem a arquitetura para o cliente, criando uma distância e um projeto encomendado em que o arquiteto não está envolvido com os destinatários da sua proposta. Isso também é político e é a forma como se estão a fazer as cidades hoje em dia.



03 Edifício-Manifesto. Foto de Camila Watson.
04 Edifício-Manifesto. Foto de Rui Pinheiro.

MA: Essa questão da inércia perante o que já está fixado, não será uma questão que se prende com a formação do arquiteto?

AJ: A questão é que a arquitetura não é para as pessoas, é com as pessoas. E se não for assim, pode correr-se o risco de falhar redondamente. As academias não estão a ter isso em consideração. A partir dos jovens arquitetos que contactam o atelier, sei que há muita gente que tem o interesse, mas não tem, nos anos em que estuda, grande ligação a esta maneira de projetar. Como é que se faz a escuta, o trabalho da participação, como é que se pensa o espaço com as pessoas a quem ele é destinado? Eu acho que a arquitetura, como ela é ensinada, descarna-se e simplifica-se para podermos, de certa forma, experimentar, construir e pensar num determinado exercício. Mas acho que há uma falta que poderia ser colmatada com outros exercícios, é essa de ir para o terreno, envolver-se e explorar as realidades onde se pretende intervir.

Trabalho com antropólogos há muitos anos e eles têm vários métodos para apreender os lugares e é bom experimentar outras maneiras de olhar para um lugar habitado, lê-lo para além do construído. O arquiteto Paulo Mendes da Rocha dizia que “ser arquiteto é uma condição humana”. Por isso é que é difícil sê-lo. Todos querem moldar o espaço e dar-lhe forma. Só que depois há os arquitetos que acumulam uma série de conhecimentos para poder transformar e moldar espaço, e mais experiência a fazer isso. Depois há várias formas de nos lançarmos nesta atividade. No nosso caso, tem a ver com essa ligação, de ir para o terreno ir lá conviver com a forma como o edifício toca no chão, a relva cresce à volta e a horta é cultivada. E há um mundo inteiro ali a ser montado, de práticas de vida quotidiana e também matérias mais subjetivas, memórias, atmosferas, cheiros, e nós projetamos com tudo isso.

MA: Porém, o arquiteto não está a trabalhar no terreno, vemos cada vez mais uma profissão de trabalho de gabinete, o que acaba por ser contraditório e incoerente quando o seu resultado é bastante real e vai ter repercussões na vida das pessoas.

AJ: Eu posso comentar isso... Nós estamos com o Edifício-Manifesto na exposição In Conflict dos depA, que está na Trienal de Arquitectura de Lisboa, e estamos numa secção ligada ao trabalho do SAAL, do Arquiteto José Veloso na Meia Praia em Lagos. Há uma entrevista no catálogo em que o José Veloso diz, sobre os processos participados, algo como “não acredito em consensos, acredito em conclusões.”, “Penso que isso é uma responsabilidade que cai em cima do arquiteto e que este tem de assumir.” Eu diria que é um compromisso. Ou seja, quando trabalhamos com um coletivo e para um interesse coletivo, há sempre uma dose de contingência muito grande. Na verdade, eu acho que é um trabalho de aceitação, de compromisso e de entendimento do que é que estamos ali a fazer. Ao passo que um trabalho de autor, para um cliente com capacidade de poder construir algo com um nível de qualidade muito grande, é um trabalho em que o arquiteto fica liberto de uma série de obstáculos e vai para uma direção que é a da sua autoria, da sua decisão.

Nós estamos num espaço completamente diferente onde por vezes a ideia de autoria se dissolve. Para nós importa fazer acontecer. E não pomos nunca a qualidade numa prateleira, o que é exigente porque em geral não há muitos recursos. Há ideias com as quais nós temos de conviver e problemas concretos para resolver, mas diria que é muito desafiante porque, não se perdendo a qualidade de uma abordagem de arquitetura, que é séria, e tem todas as camadas desde a criação da ideia, até a qualidade do pormenor, aquele todo tem de fazer sentido, ser coerente. Não prescindimos da criação dessa coerência, portanto, temos que gerar o compromisso, e o compromisso é entre todos. Gerir estes processos não é muito fácil, falhamos e aceitam-se essas falhas... Faz parte. Estamos talhados para querer fazer uma coisa perfeita, quase pura, que não é real, e depois vamos para o terreno lidar realmente com o nosso olhar incompleto, a falta de ligação das pessoas com a arquitetura, e às vezes, uma certa impaciência, de não querer planear, quando nós de certa forma impomos que se projete. Antes de partir para uma obra temos de fazer tudo certinho: o projeto, o projeto de execução, o caderno de encargos. As pessoas em face dos problemas querem tudo para ontem, mas têm de discutir, têm de se encontrar com essa disponibilidade.

MA: E como sentem que essas mesmas pessoas reagem ao trabalho quando está concluído?

AJ: É muito forte fazer um trabalho assim. Até porque nós entregamos o trabalho num estado muito diferente do que é normalmente uma obra de arquitetura: limpa, pintada, sem nada fora do lugar organizada como uma fotografia de arquitetura. Nós entregamos um trabalho que já tem a primeira camada de apropriação, é o próprio trabalho que incorpora já essa dimensão, por exemplo, na Rua das Gaivotas 6 com o Teatro Praga. O projeto foi subtrair cuidadosamente àquele espaço as camadas de construção mais recentes, e permitiu ficar com as grandes salas do palácio, para as abrir à criação e apresentação das artes performativas. Foi muito bonito porque nós acabámos por ver muitas coisas do arquivo do Teatro Praga, e fomos ao sítio onde armazenavam o guarda-roupa e a cenografia de espetáculos antigos e em digressão. O trabalho foi criado incorporando nesses universos com os quais eles trabalhavam. Quando abriram a Rua das Gaivotas 6, aquele espaço não estava em branco, nem era neutro, já estava apropriado e foi muito bonito porque na verdade o espaço já era deles, não era o projeto do arquiteto. Normalmente até desaparecemos um pouco nesse momento. A inauguração é o momento do arquiteto, no nosso caso, é o momento de estarmos quase fora, e estamos felizes porque as pessoas já têm o seu espaço, não têm que decorá-lo ou de apropriá-lo para que seja seu. Essa é a dimensão que trazemos sempre muito para dentro dos nossos projetos. Estamos sempre a perceber para além das necessidades um lado subjetivo, que é mais impenetrável, é o da escuta dos desejos, das vontades, das pessoas com as quais estamos a trabalhar, o que julgam importante e o que não faz necessariamente parte do nosso universo projetual.



05 e 06 Rua das Gaivotas 6. Foto de Artéria.

MA: É curioso ter falado nesse projeto porque ao longo da discussão que tivemos sobre o Romper havia uma perspectiva que não o via como destruição. E, neste projeto, parece que é mesmo isso que nos querem trazer - essa dimensão do Romper que não é destruir, mas desconstruir uma ideia que foi montada sobre o que já existia.

ML: Romper faz sentido no contemporâneo, no agora. A nossa intervenção junto das coletividades ou das associações pode parecer exatamente o contrário. Nós consolidamos e criamos temporariamente uma relação muito forte que permite uma proximidade, e que é uma porta aberta para uma arquitetura do cuidado. Este romper nada tem a ver com destruição, tem a ver sim com hierarquizar o que é prioritário e o que já está dentro pronto a ser revelado, como o potencial da arquitetura em si.

AJ: Como disse a Marta, no nosso caso podemos associar a palavra cuidar à ideia de romper. Para nós há um certo trabalho sobre esta ideia de cuidar porque trabalhamos essencialmente e, desde o início, mais com reabilitação e menos com construção nova. No início era um statement porque a reabilitação era uma área pária na arquitetura, uma espécie de coisa menor. Na verdade, hoje já não é, e para nós nunca foi. Sempre foi um lugar de cuidar, de aceitar, de lidar com a complexidade de tecer várias camadas, vários tempos, história, memórias, necessidades da vida quotidiana. É uma área com uma complexidade enorme, tremenda! Sempre nos interessou cuidar desse lugar quase mais obscurecido. Começando a trabalhar a partir do centro histórico de Lisboa isso era quase óbvio. Tínhamos de trabalhar com essas matérias o melhor possível. E, com os instrumentos que nos disponibilizava a antropologia conseguíamos escutar de uma maneira muito precisa a cidade, compondo um pensamento em várias camadas, que propunha uma reabilitação urbana associada às questões sociais. Esse cuidar e esse lugar de atenção ao que envolve uma intervenção, vontades, recursos, consciência dos estratos onde atuamos, sempre estiveram muito presentes nos nossos projetos. Por isso, diria que o nosso romper é menos evidente do que outro que é o rasgo.

Na exposição Wild Care que fizemos com o Porto Design Biennale 2021, na curadoria Alter Architectures. a Artéria foi convidada para fazer um trabalho sobre o cuidar. Há pouco mais de um ano, eu não seria capaz de olhar para o nosso trabalho sobre esse ponto de vista por uma razão: pelo facto de sermos um coletivo maioritariamente feminino, fomos sempre confrontadas



07 Exposição Wild Care. Foto de Porto Design Biennale.

com ideias muito formatadas sobre a arquitetura feita por mulheres: o autocolante “arquitetura, mulheres, cuidar”. Portanto, quando veio ter connosco a oportunidade de trabalhar a ideia de cuidar, nós ficámos interessadas em trabalhar um outro lado do cuidado, debatê-lo dando corpo a outras dimensões menos pacificadoras e mais consentâneas com o nosso próprio trabalho... Esse lado do cuidar a partir da Artéria é um lado acordado e político, de trabalho de campo presente, crítico e de resistência, longe da perspectiva que afunila o cuidado enquanto papel social das mulheres. Unimos esforços com o Alberto Altés que é um arquiteto que investiga as questões do cuidado na arquitetura. Juntos fizemos essa exposição “Wild Care Architectures of Love and Correspondence” e fomos à procura de práticas que contribuíssem para a profusão de cuidado e amor no planeta enquanto forma de resistência. Procurámos práticas que corporificassem vários aspetos desta ideia que era o cuidar selvagem na arquitetura e noutros espectros artísticos, políticos e sociais, combinando perspectivas críticas, ficcionais e performativas. A partir dessa investigação chegámos a 100 histórias de amor, correspondência e compromisso, que partilham uma ética do cuidado com o possível e o impossível, e que são movidas por uma força entrópica resistente ao derrotismo. E foi um labirinto dessas histórias que estive no Palacete dos Viscondes de Balsemão, filmes, obras de arquitetura, notícias, revoltas, contos e mitos. Vistas em conjunto, faziam emergir uma ideia de cuidar selvagem. Começámos com a Trilogia das Fontainhas, do Pedro Costa. A forma como ele entrou no Bairro das Fontainhas, a relacionar-se com, sem devassar e um dia sentir que podia ligar a câmara e deixar acontecer um filme que era ‘O Quarto da Vanda’, foi uma das histórias que despoletou esta exposição. Os filmes do Pedro Costa abrem-se partir de uma relação. Aliás, ele disse-nos algo assim “eu não estou de acordo com aquele tipo de rodagem que disrompe uma realidade, chega, filma, explora de uma forma impositiva, e depois vai-se embora sem deixar nada”. O que sai do Wild Care é exatamente o reverso disso. O Pedro Costa falou-nos imenso do tempo, um tempo diferente, não de um tempo extrativista, mas um tempo que se dilata, um tempo que se abre com o ato de permanecer... Nós levamos tempo.

MA: Se mantivermos a discussão na questão do tempo e incluirmos o Romper enquanto uma atividade que poderia ser de urgência, se nós demoramos tempo a querer mudar alguma coisa, como é que lidamos com as situações de urgência que já deviam ter sido mudadas há muito tempo?

AJ: Boa pergunta. Também o Pedro Costa diz no livro “Cem Mil Cigarros”, “nós temos de parar com esta urgência da política, porque a política é o oposto disto, a política é amor”. Há muito tempo que esta frase me prende porque ironicamente a política rapidamente pode desembocar numa perspetiva de instrumentalizar situações, de querer fazer obra, e pode ser muito desumana. Quando se pensa no papel político, de responsabilidade face às desigualdades e situações em que as pessoas não têm condições de vida, isso exige uma posição persistente alargada no tempo... Não é o olhar da urgência, que em geral é pouco interessado nas pessoas e muito afastado da transformação. Acho que o que reivindica o Pedro Costa é o olhar ‘por dentro’ para podermos transformar, ‘por fora’ ficaremos irremediavelmente alheados. Ao enveredar por uma relação superficial com estas realidades torna-se quase legítimo dissolvê-las erradicando-as. Porque se não tomamos tempo para as reconhecer, não saberemos lidar com elas, e por isso nunca chegaremos a poder transformá-las a partir de dentro, com a vontade e o poder das pessoas.

ML: Podemos falar sobre a questão do tempo no sentido em que estamos a falar do tempo humano. Quando se fala no tempo ao nível da História, falamos em séculos, momentos históricos muito importantes, e aí o tempo alarga muito. Aqui estamos a falar no tempo humano, pensando no crescimento individual, e neste tempo é possível gerar mudança. Quando se faz política, e se cria uma relação de compromisso com uma visão de transformação de um lugar, o tempo acontece de uma forma demorada, mas é tão consistente, que o resultado final fica lá durante muito mais tempo. Deve-se demorar mais a pensar e a fazer política do que a querer um resultado, porque aí pensamos na parte humana, no compromisso. É por isto que nós pensamos nestas questões e temos aqui um lado emocional ligado à Baixa de Lisboa que, de uma forma muito artificial, foi descaracterizada. O tempo que levamos a construir uma relação com as pessoas e a gerar pensamento crítico foi muito mais longo do que aquele que levaram a transformá-la, o que aconteceu no espaço de 3 anos.

MA: De que forma o mapeamento de redes invisíveis, como a Rede de Carpintarias, a Rede de Artes e Ofícios e a Rede de Construtores, contribui para o exercício da arquitetura e do urbanismo? É um trabalho com repercussões no presente ou no futuro?

AJ: Esses trabalhos são quase reivindicações sobre formas de olhar para a cidade. Uma forma de olhar tanto enquanto lugar construído, como também lugar social, de redes de vizinhança, de comunidades, de questões sociais, essa rede que é a sociedade da cidade. Sentimos que a dada altura a cidade passa a ser vista com um objeto de consumo imobiliário e turístico e que as ‘redes’ passaram a ser obliteradas das políticas, esquecidas e destruídas.

Assistimos a isso na Mouraria e na Baixa onde houve um processo de gentrificação. Percebemos muito bem que, para a política, as redes de vizinhança e a existência humana na cidade eram coisas fáceis de empurrar e de esquecer. Porque a reabilitação foi feita sobretudo para o edificado, e implicou a expulsão das pessoas com menos recursos e a substituição do tecido social da cidade.

A primeira rede, a Rede das Carpintarias de Lisboa, foi a tomada de consciência destas questões. Ao trabalhar com carpinteiros, estávamos a ver que eles iam saindo do centro histórico porque a renda estava a ficar demasiado cara ou porque tinham alguma idade e não tinham aprendizes a quem passar a oficina. Decidimos fazer aquele banco de dados, primeiro para que nós e outros arquitetos pudessem aceder aos serviços deles; segundo, para que houvesse um sentimento de coletivo que se pudesse olhar para a diversidade dos carpinteiros e marceneiros; terceiro, para que se pudessem produzir políticas de manutenção dessas oficinas na cidade. Pretendemos mostrar a relevância desses espaços para a cidade nas práticas de reabilitação urbana. Depois teve um caminho muito próprio a partir do qual fomos sempre imaginando outras potencialidades dessa ideia.

Posteriormente a questão das artes e dos ofícios na cidade ganhou vida própria porque há muitas oficinas em Lisboa cuja página é a Rede de Artes e Ofícios de Lisboa. É um mundo bastante ocultado, não têm sítios chiques nem estão virados para a rua. Estão lá no seu lugar, a trabalhar há muitos anos e são difíceis de reconhecer enquanto grupo. A ideia dessas redes foi trabalhar a presença de questões sociais na cidade, revelando a sua força e as suas debilidades para produzir a sua manutenção e reforço com políticas específicas.

Ao longo da vida do atelier, construímos muitos sites, um pouco nessa ideia de poder carregá-los com diferentes dimensões da vida urbana. Considerando o enorme potencial que o digital potencia com a capacidade de obter visões sistematizadas. Visões de conjunto que não se podem ter na relação com um determinado lugar. A cidade vista de acordo com os lugares onde há oficinas, começa a ser vista de outra maneira, começa-se a perceber que em pouco tempo não há quase oficinas no centro da cidade onde existiam, precisamente no lugar onde há mais obras de reabilitação, e onde a relação e a presença de alguns destes profissionais se revela fundamental para operar e conservar o construído.



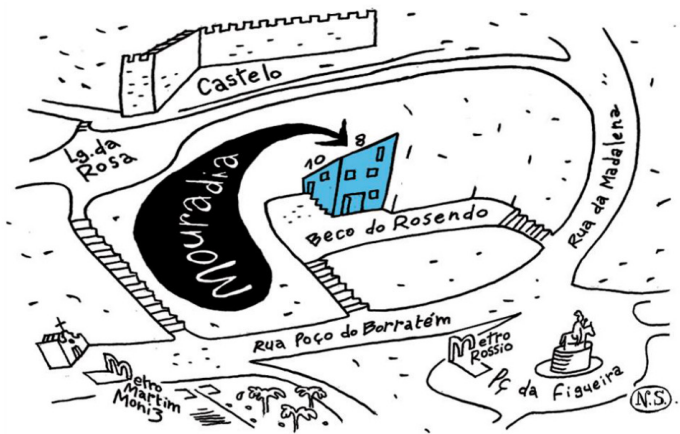
08 Rede Artes e Ofícios. Carpintaria Fernando Francisco Marques. Foto de Duck Productions.

MA: Analisando o trabalho realizado pelo atelier agora em retrospectiva, qual foi o momento em que sentiram o ato de Romper com mais intensidade? Seja no trabalho enquanto equipa ou quanto obra, se tivessem de eleger um momento, qual seria?

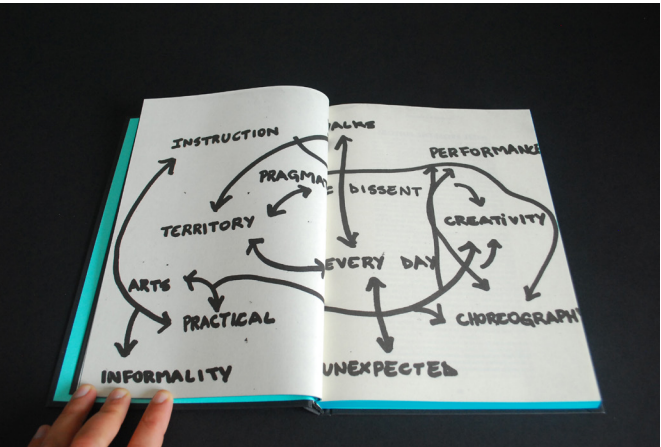
AJ: O início foi muito romper. O início foi contra tudo, contramaré, contracorrente. Os ateliers a fecharem e as pessoas todas a perderem os empregos, o setor da arquitetura e construção sem trabalho.

E a questão do Edifício-Manifesto foi precisamente tratar de trabalhar sobre os lugares onde era necessário colocar o trabalho da arquitetura. Ele é manifesto exatamente por isso. Porque havia ali uma discussão muito latente. Dizia-se por exemplo: “a reabilitação é mais cara do que a construção nova” e era um paradigma. Estava ali cristalizado. Na altura pensávamos, “mas porquê? Que tipo de reabilitação é que se faz? Se calhar faz-se uma reabilitação muito pouco sustentável, com materiais muito caros, para gente com muito dinheiro. Se calhar, a reabilitação que tem de existir é outra ligada com a realidade social, mais simples como obra, em que os recursos sejam realmente alocados às coisas que fazem sentido, com pessoas especializadas a trabalhar bem orientadas. Que não seja um construtor que faz coisas novas a fazer reabilitação, por exemplo.” E o Manifesto parece querido, mas na verdade estava a pôr em causa muita coisa. Podia ter sido feito noutra linguagem, mas foi na linguagem exata para nos ouvirem. Porque aí, lá está esse trabalho de comunicação que a Artéria sempre fomentou. Esse comunicar, não só com arquitetos, mas com o público em geral. Quebrar essas coisas que estão cristalizadas, não se sabe bem por quem ou porquê, porque nunca ninguém disse o contrário. Se o Siza e o Souto Moura dizem isto, depois quem somos nós para questionar? Mas tem de ser assim a reabilitação? Temos de fazer obras com os melhores materiais? Se calhar não...

Por exemplo, no trabalho do Edifício-Manifesto dissemos “o manifesto é a obra”. O manifesto foi concretizar aquela obra e abrir as portas do edifício comunitário para a Mouraria. O desafio foi, e se conseguirmos executar isso, era uma prova de que era possível fazer de outra maneira, e foi...



09 Edifício-Manifesto. Ilustração de Nuno Saraiva.



10 Livro 'The Power Of Experiment'. Foto de Artéria.

MA: Se existisse a possibilidade de Romper com uma realidade neste momento, apenas uma, qual considerariam mais urgente?

AJ: Na minha opinião, um dos grandes problemas do país são as desigualdades. **Portanto, enquanto houver essas regiões recônditas, invisíveis, que são os bairros que têm pessoas com baixos recursos económicos, com paupérrimo espaço público, com habitação degradada e com falta de qualidade, o País não se pode movimentar muito.** Mesmo em Lisboa, que é uma cidade capital, com tantos recursos, ainda há pessoas que vivem muito mal, que têm condições de vida limitadoras do desenvolvimento humano. Isso é terrível. Diria que esse é um problema a romper. Romper essas barreiras, destruir essas fronteiras que desligam as pessoas de progresso e de uma vida com todas as condições.

A arquitetura joga aí um papel central porque normalmente estas desigualdades têm territórios específicos. Ao longo da pandemia conseguimos aproximarmo-nos destas realidades mais vulneráveis, onde os focos de infeção por Covid-19 eram mais prevalentes, porque as pessoas não tinham condições de habitabilidade nas casas onde viviam. Isto passou a ser um tema para a arquitetura, para os arquitetos.

Os discursos políticos sobre o papel da arquitetura que vêm defender mais encomendas para os arquitetos, poderiam reclamar igualmente uma melhor definição

dos problemas presentes no território, e concretizar os espaços onde podemos e queremos atuar. É um assunto urgente. Mas o assunto de nos fazermos ouvidos e úteis para o País ainda passa por “faltam encomendas públicas para os arquitetos”. Mas que encomendas? Seria bom ajustar essas encomendas com a resolução dos problemas que persistem mesmo com quase 50 anos de democracia. Podíamos pensar no sentido de reinventar hoje, por exemplo, um programa como o SAAL que pudesse fazer atuar a arquitetura de outra maneira, com precisão frente aos problemas concretos de habitação que afetam a vida de comunidades específicas.

Volvidos 10 anos de trabalho da Artéria, há uma coisa que não percebo: como é que não há mais ateliers de arquitetura e mais arquitetos a desenvolver trabalhos com metodologias de envolvimento e participação pública. Se olharmos para a Espanha, há imensos ateliers a trabalhar questões de participação, e a entrar em lugares onde a arquitetura não chega e em Portugal não há. Entre várias razões, há certamente as opções políticas do País. Não imagino sequer como possa ser feito projeto de requalificação de espaço público sem participação pública. Vejo isso como totalmente obsoleto, mas continua-se a fazer.